

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão de informações trimestrais em 30 de junho de
2025

Ref.: Relatório nº 25819-040-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	10
Informações financeiras intermediárias	11
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S/A (“Companhia”) relativas ao 2º trimestre de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Informações sobre a Companhia

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia MG 262 (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG - Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

O projeto prevê a concessão, durante 30 anos, e prevê um investimento superior a R\$ 8,5 bilhões, sendo 4,3 bilhões em capex, com 44,3 km de duplicações, 169 km de faixa adicionais, 3,63 km de marginais, e outros melhoramentos.

Em 30 de junho de 2025, havia na companhia 315 empregos diretos, que atuam na operação e administração da concessão.

A companhia iniciou a operação em 21 de março de 2025, com 04 (quatro) praças de pedágio: P-1 localizada em Florestal, km 390+225 e P-3 localizada em Luz, Km 510+900, P-4 localizada em Campos Altos, Km 597+900 e P-6 localizada em Perdizes, Km 727+125, e instalara mais 2 (dois) sistemas de cobrança via Free-Flow. Também conta com 9 (nove) bases operacionais e de atendimento a usuários, 1 (uma) balança fixa para operação da rodovia, todas na BR 262-MG.

3.2. Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 92.406, no período de 6M25. Sendo 68,97% de receita de pedágio, 30,99% de receitas de construção e o restante de outras receitas.

Composição da receita operacional	6M2025
Arrecadação de pedágios	63.728
Outras receitas	45
Receita de construção	28.633
Receita Operacional Bruta	92.406

Composição do tráfego e arrecadação	6M2025
Arrecadação (R\$ mil)	63.728
Tráfego de veículos equivalentes (mil)	7.337
Tarifa média efetiva¹	8,69

¹ Tarifa Média Efetiva = (Arrecadação de pedágio / Tráfego em veículos equivalentes)

3.3. Receita Operacional Líquida

	6M2025
Receita operacional bruta	63.728
Outras receitas	45
Receita de construção	28.633
(-) ISSQN	(3.187)
(-) PIS	(394)
(-) COFINS	(1.818)
Receita Operacional Líquida	87.007
(-) Receita de construção	(28.633)
ROL (-) Receita de Construção	58.374

3.4. Custos Operacionais

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação e operação da rodovia na prestação de serviços aos usuários, pela amortização das obras e investimentos executados conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação da rodovia.

Compõem ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, verba da polícia rodoviária, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórios, custo com pessoal operacional, custo de construção e provisão de manutenção de acordo com o OCPC 05.

Os custos incorridos no período de 6M25, foram de R\$ 45.232, o equivalente a 51,99% da receita operacional líquida, deste R\$ 28.633, 32,91%, se refere ao custo de construção.

	6M2025
Custos com conservação e manutenção	(343)
Custos com operação	(7.242)
Custos com pessoal	(5.334)
Custo de construção	(28.633)
Custos com verbas e seguros contratuais	(3.357)
Depreciação/Amortização	(323)
Custos Operacionais	(45.232)

3.5. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e depreciação dos bens da concessão, os gastos incorridos no período de 6M25, foram de R\$ 6.041.

	6M2025
Despesas com pessoal	(1.464)
Despesas gerais e administrativas	(4.371)
Depreciação / amortização	(206)
Despesas Operacionais	(6.041)

3.6. Ebitda

O EBITDA apurado corresponde ao lucro antes de juros, impostos, provisões, depreciações e amortizações, no período de 6M25, totalizou R\$ 36.263, e sua margem, em relação a receita operacional líquida, foi de 62,12%.

Reconciliação do Ebitda	6M2025
Lucro Líquido	26.315
(+) IR e CS	13.541
(+) Resultado financeiro líquido	(4.122)
(+) Amortização	529
EBITDA	36.263
Margem EBITDA	62,12%

3.7. Resultado Financeiro

No período de 6M25 o resultado financeiro líquido ficou positivo em R\$ 4.122, devido aos rendimentos financeiros, decorrentes de aplicações de saldos de aportes de capital.

	6M2025
Receitas Financeiras	4.506
Despesas Financeiras	(384)
Resultado Financeiro	4.122

3.8. Lucro líquido do período

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 26.315, no período de 6M25. O valor está relacionado o início da cobrança de pedágio em 21 de março de 2025 e rendimentos financeiros.

Lucro líquido do período

6M2025

26.315

3.9. Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto %	Períodos findo em:				
	30/06/2025	AV%	31/12/2024	AV%	AH%
Ativo Circulante (AC)	105.701	60,42%	1	100,00%	n/a
- Disponibilidades	72.107	41,22%	1	100,00%	n/a
- Caixa restrito	734	0,42%	-	0,00%	n/a
- Recebíveis	27.914	15,96%	-	0,00%	n/a
- Parte relacionadas	2.573	1,47%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos circulantes	2.373	1,36%	-	0,00%	n/a
Ativo Não-Circulante	69.234	39,58%	-	0,00%	n/a
- Parte relacionadas	2.211	1,26%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos de longo prazo	2.319	1,33%	-	0,00%	n/a
- Imobilizado	18.096	10,34%	-	0,00%	n/a
- Intangível	46.608	26,64%	-	0,00%	n/a
- Liquidez Geral	6,16	0,00%	n/a	n/a	n/a
- Imobil. Recursos Permanentes	2,27	0,00%	n/a	n/a	n/a
Ativo Total (AT)	174.935	100,00%	1	100,00%	n/a
Passivo Circulante (PC)	15.173	8,67%	-	0,00%	n/a
- Fornecedores	5.030	2,88%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	355	0,20%	-	0,00%	n/a
- Outros passivos circulantes	9.788	5,60%	-	0,00%	n/a
Passivo Não-Circulante	1.974	1,13%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.974	1,13%	-	0,00%	n/a
- Dívida Bruta	17.147	9,80%	-	0,00%	n/a
- Composição do Endividamento	88,5%	0,00%	n/a	n/a	n/a
- Endividamento Geral	10,20	0,01%	n/a	n/a	n/a
Patrimônio Líquido (PL)	157.788	90,20%	1	100,00%	n/a
- Capital Social	131.473	75,16%	1	100,00%	n/a
- Lucros no período	26.315	15,04%	-	0,00%	n/a
Passivo Total (PT)	174.935	100%	1	100%	n/a

- **Onde:** AV (Análise vertical) AH (Análise horizontal)

Não a análises de sensibilidade das movimentações das contas patrimoniais devido a companhia ter iniciado suas operações em 2025, em 2024, apenas aporte inicial de capital social conforme demonstrado no quadro acima.

4. Governança Corporativa

Relacionamento com os auditores independente

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, não prestaram durante o período findo em 30 de junho de 2025, outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações trimestrais individuais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

5. Agradecimentos

A diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

Uberaba, 07 de novembro de 2025.

Paulo Nunes Lopes
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.
Uberaba - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Data de constituição da Companhia e informações comparativas

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia está em fase de início de operações (tendo sido constituída em 02 de dezembro de 2024), motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período comparativo a 30 de junho de 2025. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado referente ao período de 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 07 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais intermediários em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.107	1
Caixa restrito	5	734	-
Contas a receber de clientes	6	27.914	-
Partes relacionadas	14	2.573	-
Despesas antecipadas	7	2.119	-
Adiantamentos	-	240	-
Outros ativos	-	14	-
Total do ativo circulante		105.701	1
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	14	2.211	-
Impostos diferidos	18	27	-
Outros ativos	-	40	-
Direito de uso	8	2.252	-
Imobilizado	9	18.096	-
Intangível	10	17.975	-
Intangível em construção	10	28.633	-
Total do ativo não circulante		69.234	-
Total do ativo		174.935	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais intermediários em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	5.030	-
Obrigações tributárias e sociais	12	8.717	-
Obrigações contratuais	13	625	-
Passivos de arrendamentos	15	355	-
Outras obrigações	-	446	-
Total do passivo circulante		15.173	-
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamentos	15	1.974	-
Total do passivo não circulante		1.974	-
Patrimônio líquido			
Capital social	-	131.473	1
Lucro do período	-	26.315	-
Total do patrimônio líquido		157.788	1
Total do passivo e patrimônio líquido		174.935	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	De 01/04/2025 a 30/06/2025 (03 meses)	De 01/01/2025 a 30/06/2025 (06 meses)
Receita operacional líquida	19	77.128	87.007
Custo dos serviços prestados	20	(38.357)	(45.232)
Lucro bruto		38.771	41.775
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(3.624)	(6.041)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		35.147	35.734
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras	-	2.275	4.506
Despesas financeiras	-	(218)	(384)
		2.057	4.122
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.204	39.856
Imposto de renda e contribuição social	-	(12.659)	(13.568)
Imposto diferido	-	14	27
	18	(12.645)	(13.541)
Lucro líquido do período		24.559	26.315
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais		-	0,4490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	De 01/04/2025 a 30/06/2025 (03 meses)	De 01/01/2025 a 30/06/2025 (06 meses)
Lucro líquido do período	24.559	26.315
Total do resultado abrangente do período	24.559	26.315

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	-	1
Lucro líquido do período	-	-	26.315	26.315
Integração de capital social	16	131.472	-	131.472
Saldos em 30 de junho de 2025		131.473	26.315	57.788

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	39.856
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	529
Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos	
Contas a receber de clientes	(27.914)
Outros ativos	(56)
Despesas antecipadas	(2.119)
Fornecedores	4.790
Obrigações com concessão	1.072
Partes relacionadas	(4.784)
Obrigações sociais	1.382
Obrigações tributárias	2.324
Imposto de renda e contribuição pagos	(8.557)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.523
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Adições ao ativo imobilizado	(18.336)
Adições ao ativo intangível	(46.719)
Caixa restrito	(734)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(65.789)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	131.472
Arrendamento	(100)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	131.372
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	72.106
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1
Caixa e equivalente de caixa no final do período	72.107
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	72.106

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado intermediárias
para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
Receitas	92.406
Venda de serviços	63.728
Outras receitas não operacionais	45
Receitas de construção - Ativos da concessão	28.633
Insumos adquiridos de terceiros	(43.103)
Custo dos serviços prestados	(10.497)
Custo de construção - Ativos da concessão	(28.633)
Materiais, energia, serviços e outros	(3.973)
Valor adicionado bruto	49.303
Retenções	(529)
Depreciação e amortização	(529)
Valor adicionado líquido	48.774
Valor recebido em transferência	4.506
Receitas financeiras	4.506
Valor adicionado total a distribuir	53.280
Distribuição do valor adicionado:	(53.280)
A - Pessoal e encargos	(6.797)
Remuneração direta	(3.146)
Benefícios	(1.319)
F.G.T.S.	(253)
Outros	(2.079)
B - Impostos, taxas e contribuições	(19.139)
Federais	(15.952)
Municipais	(3.187)
C - Juros e aluguéis	(1.029)
Juros	(28)
Aluguéis	(704)
Outros	(297)
D - Remuneração do capital próprio	(26.315)
Lucro do período	(26.315)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2025, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG - Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR- 050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. A operação teve início em 21 de março de 2025, com 04 (quatro) praças de pedágio. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Concessão da Rodovia BR 262 MG S.A., serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em função do início das operações da Companhia em março de 2025, os saldos contábeis apresentados em 31 de dezembro de 2024 reflete exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Dessa forma, os saldos comparativos entre os períodos são praticamente nulos, não sendo possível estabelecer análises de variação ou evolução entre os exercícios. A estrutura patrimonial e de resultado apresentada em 30 de junho de 2025 corresponde, portanto, ao segundo período de reporte contábil da Companhia desde o início da cobrança de pedágio e da execução das atividades previstas no contrato de concessão, conforme as demonstrações trimestrais (ITR).

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

a) Base de apresentação das informações trimestrais

As informações intermediárias trimestrais foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A base de elaboração das informações financeiras é o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de reais (“R\$”), que também é a moeda funcional da Companhia, exceto se mencionado de outra forma. Quando efetuadas divulgações de montantes em outras moedas, os valores também são apresentados em milhares, exceto se mencionado de outra forma.

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação de passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil de ativos e passivos em exercícios futuros.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão detalhados na Nota 3.11 – Uso de estimativas e julgamentos.

A Companhia elaborou suas informações financeiras intermediárias considerando a capacidade da continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nesse caso, informações trimestrais, têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não repetem informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

A Administração aprovou estas demonstrações contábeis intermediárias em 07 de novembro de 2025.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas.

Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota 6.

3.3. Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.4. Intangível

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.5. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.6. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e passivos de arrendamento.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou ativos financeiros complexos. Portanto, os demais dispositivos previstos na norma não se aplicam à realidade operacional da Companhia.

3.7. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.8. Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

3.9. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

3.10 Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

3.10.2 Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

3.10.3 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas no período em que ocorrem e em períodos futuros afetados.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no **custo histórico**, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a **continuidade operacional** da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros.

3.12. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o período apresentado.

	30/06/2025
Lucro líquido do período	26.315
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ação	58.611
Lucro básico por ação - Em R\$	0,4490

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas e aprovadas pelo IASB e CVM, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

- Resolução CVM nº 193/23, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 219/24 e pela Resolução CVM nº 227/25 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) – Implementação em 1º de janeiro de 2026;
- Alterações ao IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Implementação em 01.01.27;
- Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações – Implementação em 1º de janeiro de 2027.
- Reforma tributária (Lei Complementar nº 214/2025). Em decorrência da Emenda Constitucional nº 132/2023 que alterou o Sistema Tributário Nacional, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que inaugura a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A nova legislação institui os tributos CBS, IBS e IS, com substituição progressiva dos atuais PIS, Cofins, ICMS e ISS até 2033. O cronograma de transição prevê, para 2027, a substituição do PIS, Cofins pela CBS e, para 2029, o início da substituição do ICMS e ISS pelo IBS, os principais impactos dizem respeito à eliminação de benefícios fiscais e introdução da não cumulatividade plena, permitindo a apropriação integral de créditos sobre aquisições de bens e serviços, sem as limitações do atual sistema tributário.

A Companhia está acompanhando os potenciais impactos decorrentes das novas normas contábeis e, até o momento, não espera efeitos relevantes. No entanto, destaca-se que o IFRS 18/CPC 51 e a Resolução CVM nº 193/23, que trata da Reforma Tributária (Lei Complementar nº 214/2025), poderão gerar impactos significativos após sua entrada em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa geral (praças e sede)	202	1
Bancos - Conta corrente	361	-
Bancos - Aplicação	71.544	-
Total	72.107	1

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 30 de junho de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

5. Caixa restrito

	30/06/2025
Saldo inicial	-
Depósitos de recursos vinculados	729
Rendimentos dos recursos vinculados	5
Total	734

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (poder concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de Desconto de Usuário Frequente (DUF);
- ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

E vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

6. Contas a receber

	30/06/2025
Pedágio eletrônico	27.441
Cartões débito e crédito	440
Outros	33
Total	27.914

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 30 de junho de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 21 de março de 2025.

7. Despesas antecipadas

Despesas a apropriar	30/06/2025
Seguros a apropriar	2.119
Total	2.119

Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

8. Direito de uso**a) Composição**

	Taxas anuais de amortização		Custo	Amortização acumulada	Líquido	
					30/06/2025	31/12/2024
Imóveis (1)	10%	2.429	(177)	2.252	-	
Total		2.429	(177)	2.252	-	

(1) Direito de uso referente à locação de prédios administrativos.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Imóveis
Custo	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Adição	2.429
Saldos em 30 de junho de 2025	2.429
Amortização	(177)
Saldos em 30 de junho de 2025	(177)
Valor residual líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.252

9. Imobilizado**a) Composição**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				30/06/2025	31/12/2024
Equipamentos e instalações	10%	2.019	-	2.019	-
Móveis e utensílios	10%	802	(1)	801	-
Veículos	10 e 20%	10.884	(234)	10.650	-
Computadores e periféricos	20%	2.433	(1)	2.432	-
Outros imobilizados	4%	1.067	(4)	1.063	-
Adiantamento a fornecedores 1	-	1.131	-	1.131	-
Total		18.336	(240)	18.096	-

(i) Se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (computadores, máquinas e equipamentos, veículos).

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros imobilizados	Adiantamento a fornecedores	Em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.019	802	9.449	1.681	-	3.318	1.067	18.336
Transferências	-	-	1.435	752	1.067	(2.187)	(1.067)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.019	802	10.884	2.433	1.067	1.131	-	18.336
Adição	-	(1)	(234)	(1)	(4)	-	-	(240)
Saldos em 30 de junho de 2025	-	(1)	(234)	(1)	(4)	-	-	(240)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.019	801	10.650	2.432	1.063	1.131	-	18.096

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e intangível em construção**a) Composição**

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				30/06/2025	31/12/2024
Gasto com leilão - outros ativos	3,35%	12.102	(67)	12.035	-
Software	20,00%	1.465	(44)	1.421	-
Adiantamento a fornecedores (i)	-	4.519	-	4.519	-
Em construção	-	28.633	-	28.633	-
Total		46.719	(111)	46.608	-

(i) se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo intangível (sistemas de arrecadação e outros intangíveis)

b) Movimentação

Custo	Outros	Software	Adiantamento a fornecedores	Total do Intangível	Intangível em construção
Saldos em 31/12/2024	-	-	-	-	-
Adição	12.102	1.465	6.300	19.867	26.852
Transferências	-	-	(1.781)	(1.781)	1.781
Saldos em 30/06/2025	12.102	1.465	4.519	18.086	28.633
Adição	(67)	(44)	-	(111)	-
Saldos em 30/06/2025	(67)	(44)	-	(111)	-
Valor residual líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025	12.035	1.421	4.519	17.975	28.633

11. Fornecedores

	30/06/2025
Operações	856
Infraestrutura e sistemas	3.627
Diversos	547
Total	5.030

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações sociais e tributárias

	30/06/2025
Tributárias	
Imposto de renda	3.669
Contribuição social	1.341
PIS	143
Cofins	667
ISS	1.223
Impostos retidos terceiros	292
Total das obrigações tributárias	7.335
Sociais	
INSS	352
IRRF	46
FGTS	69
Provisões férias e 13º salário	915
Total das obrigações sociais	1.382
Total com obrigações	8.717

13. Obrigações contratuais

	30/06/2025
Fiscalização	625
Total	625

Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente.

14. Transações com partes relacionadas**Composição de contas a receber**

	Contas a receber e adiantamentos	
	30/06/2025	31/12/2024
4Road Concessões S.A. (a)	4	-
Rotas do Brasil S.A. (b)	10	-
Rota da BR 262 MG S.A. (c)	2.211	-
Concessionaria da Rodovia MS (d)	43	-
Consorcio Torc Senpar 262 (e)	2.516	-
Total	4.784	-
Circulante	2.573	-
Não circulante	2.211	-

(a) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

(b) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses

(d) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

(e) Referente a 10% de adiantamento a título de mobilização, para a prestação de serviços de recuperação do pavimento. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 08 meses

Contratos com parte relacionadas

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado	Saldo
Obras de restauração da rodovia	(i)	25.163	(896)	24.267

(i) Consórcio Torc Senpar 262, contrato de prestação de serviços com objeto de empreitada para reparo superficial localizado, reparo profundo localizado, na rodovia BR 262, em área aproximadamente de 438,9km, Prazo para execução de 08 (oito) meses.

O valor de R\$ 896 realizado no período está compondo o valor de R\$ 28.633, do Intangível em construção, conforme Nota Explicativa nº 10.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 3 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

No período findo de 30 de junho de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 100 (cem mil reais).

15. Arrendamento operacional

	30/06/2025
Saldo inicial	-
Adições	2.429
Baixas	(180)
AVP Despesa financeira	80
Saldo final	2.329
Passivo circulante	355
Passivo não circulante	1.974

Arrendamento referente a locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, autorizado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26 de dezembro de 2024, é de R\$ 277.943, considerando aumentos de capital ocorridos no primeiro trimestre de 2025, o capital social da Companhia em 30 de junho de 2025, é de R\$ 131.473, (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a composição do quadro societário da Companhia em 30 de junho de 2025:

Controladora	CNPJ	País	Ações ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
Rota da BR 262 MG S.A.	57.582.342/0001-84	Brasil	100,00%	131.472.983	131.472.983,38

b) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do período, até que atinja 20% do capital social. Como as demonstrações contábeis ora apresentadas referem-se ao segundo trimestre de 2025, a reserva legal ainda não foi constituída, sendo sua apuração e registro realizados apenas ao término do exercício anual.

c) Reserva de lucros – Lucros retidos

A constituição de reservas de lucros será avaliada ao final do exercício social, conforme deliberação dos acionistas e nos termos da Lei nº 6.404/76. Até 30 de junho de 2025, não houve constituição de reservas de lucros, sendo que sua eventual formação dependerá da destinação do lucro líquido anual e da aprovação em assembleia geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

17. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	30/06/2025	31/12/2024	Nível hierárquico do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4)	71.544	-	2
Ativos custo amortizado cujo valor justo é divulgado			
Contas receber (Nota Explicativa nº 6)	27.914	-	2
Passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado			
Fornecedores	5.030	-	-
Arrendamentos operacionais	2.329	-	-

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 3** – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data-base de 30 de junho de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório focus de 27 de junho de 2025 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

	Aplicações financeiras				
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

Projeção das receitas financeiras - 2025							
	Taxa de remuneração	Saldo principal 30/06/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Aplicação	CDI	71.544	8.049	5.366	10.732	13.415	16.097
Total aplicado		71.544	8.049	5.366	10.732	13.415	16.097

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2025

	30/06/2025
Lucro antes dos impostos e contribuições	39.856
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	(13.551)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões)	
Outros	10
Imposto de renda e contribuição social	(13.542)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(13.568)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	27
Alíquota efetiva	34%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	30/06/2025
Ativo	
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	27

19. Receita operacional líquida

	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas de pedágios	58.518	63.728
Outras receitas não operacionais	45	45
Receitas de construção - Ativos da concessão	23.523	28.633
Receita bruta de serviços	82.086	92.406
Impostos incidentes sobre serviços	(4.958)	(5.399)
Receita líquida	77.128	87.007

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas por natureza

	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Custo operacional		
Custo de construção - ativos da concessão	(23.523)	(28.633)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(339)	(343)
Custo operacional de rodovias	(6.509)	(7.242)
Custo com pessoal	(4.808)	(5.334)
Amortização intangível	(94)	(94)
Depreciação ativo	(229)	(229)
Seguros	(758)	(1.260)
Verbas contratuais	(2.097)	(2.097)
Total	(38.357)	(45.232)

	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(1.062)	(1.464)
Serviços de terceiros	(1.246)	(1.752)
Material e equipamentos	(435)	(734)
Despesas gerais	(764)	(1.885)
Amortização arrendamento	(88)	(177)
Amortização intangível	(18)	(18)
Depreciação ativo	(11)	(11)
Total	(3.624)	(6.041)

21. Resultado financeiro

	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas		
Rendimentos de aplicação	2.173	4.351
Outros	102	155
Total	2.275	4.506
Despesas		
PIS e Cofins sobre receita financeira	(99)	(200)
AVP arrendamentos operacionais	(39)	(80)
Outros	(80)	(104)
Total	(218)	(384)
Total	2.057	4.122

22. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 30 de junho de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	De 01/02/2025 a 02/02/2026	567.952	236.000.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. civil geral	De 01/02/2025 a 02/02/2026	598.627	10.000.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos operacional	De 01/02/2025 a 02/02/2026	1.916.733	30.000.000
Axa Seguros S.A.	Riscos engenharia	De 01/02/2025 a 01/02/2026	109.528	118.105.648
Total	-	-	-	394.105.648

23. Compromissos com a concessão

a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pátios de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no (PER) Programa de Exploração Rodoviária.

b) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A tabela a seguir previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

Período	Valor
De março a dezembro de 025	5.847
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
De 2029 a março de 2055	180.024
Total	208.374

24. Contigência

A Companhia não possui processos judiciais ativos ou passivos contingentes relevantes até a presente data.

25. Eventos subsequentes

a) Aporte de capital

Na data de 19 de setembro de 2025, a companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$ 136.149.960,00, que se refere a segunda integralização obrigatória, conforme cláusula do contrato e concessão e prevista para 12 meses, a antecipações e dá ao fato de antecipação dos trabalhos iniciais e conseqüentemente implantação e início de cobrança das duas (02) praças de cobranças automáticas previstas até o final do período.

* * *